

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO, CAPTURA DA SUBJETIVIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: A NOVA CONFIGURAÇÃO DA EXPLORAÇÃO NO SÉCULO XXI

Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva
*Professora do curso de Direito da Faculdade Doctum de
Manhuaçu/MG*

E-mail: angelavitoriaandrade@hotmail.com

Luiz Otávio Maia Araújo
*Estudante do curso de Direito da Faculdade Doctum de
Manhuaçu /MG*

E-mail: luizotaviopessoal@gmail.com

Jessica Carla de Melo
*Estudante do curso de Direito da Faculdade Doctum de
Juiz de Fora /MG*

E-mail: jee.melo@live.com

Juliana Santos de Mello
*Pós-graduanda em Constelação Sistêmica Integrada pelo
Centro Mediadores Instituição de Ensino. Graduada do
curso de Direito da Rede Doctum – Unidade
Manhuaçu/MG.*

E-mail: julianamellojf@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa se propõe refletir a maneira que a crise estrutural do capital, junto da captura da subjetividade do indivíduo, contribui para uma nova configuração de dominação. Para tanto, parte-se da premissa que, ao longo da história, o capital é um fenômeno totalizante da vida humana, definindo os rumos das sociedades, moldando o trabalho, a cultura, as relações, e, da subjetividade. Por meio de revisão bibliográfica, o presente escrito, pretende revisitar autores como István Mészáros, Byung-Chul Han, Ricardo Antunes, demonstrando não somente os efeitos destrutivos dessa condução, mas também sua tendência a ruína. Nesse sentido, a partir de uma abordagem interdisciplinar, entre áreas como o Direito, Filosofia, Sociologia e Psicologia, verifica-se que a precarização ocorre em todas as esferas de vida, a partir da manipulação da noção de liberalidade e neutralizando a noção de conflito social.

Abstract: This research aims to reflect on how the structural crisis of capital, along with the capture of individual subjectivity, contributes to a new configuration of domination. To this end, it starts from the premise that, throughout history, capital has been a totalizing phenomenon of human life, defining the course of societies, shaping work, culture, relationships, and subjectivity. Through a literature review, this paper intends to revisit authors such as István Mészáros, Byung-Chul Han, and Ricardo Antunes, demonstrating not only the destructive effects of this process but also its tendency towards ruin. In this sense, from an interdisciplinary approach, encompassing areas such as Law, Philosophy, Sociology, and Psychology, it is observed that precarization occurs in all spheres of life, through the manipulation of the notion of liberality and the neutralization of the notion of social conflict.

Palavras-chave: precarização, trabalho, capitalismo.

Keywords: precarious work, labor, capitalism.

Introdução

A precarização de trabalho é um dos marcos do mundo contemporâneo, do qual vai além de uma mera vulnerabilidade contratual e passa a se infiltrar em outras esferas da vida do sujeito. A dissolução das fronteiras entre trabalho e tempo pessoal configura o mundo 24/7 (CRARY, 2014), dando lugar a uma nova lógica de exploração que não mais se impõe apenas pela força externa, mas, sobretudo, pela interiorização de suas próprias demandas (HAN, 2021). Nesse sentido, o presente artigo parte do princípio de que a atual crise estrutural do capital instaurou um sofisticado mecanismo de dominação que captura a subjetividade do sujeito e, o transforma no agente de sua própria exploração, sob a ilusão de liberdade. A finalidade é, então, desvelar as engrenagens dessa nova configuração social que precariza não apenas as relações de trabalho e, sim, o próprio sujeito.

Atualmente, tudo é possível e permitido. No excesso de positividade, não existe o externo, mas sim que “a falta de negatividade da inimizade faz com que a guerra se dirija contra si mesmo” (HAN, 2017, p. 141). Nesse contexto, relevante é o papel do Estado que passa a interferir e gerir a precarização da mão de obra, demonstrando o que Meszaros identificou como parte do tripé sociometabólico do capital, parte fundamental na crise do capitalismo. Ora, o que se questiona na presente pesquisa, não é somente seletividade intencional do Direito do Trabalho que ao delimitar quem se protege, expurgando grande parte da sociedade atual do meu âmbito de incidência, mas sim a relação do indivíduo com o tempo, esta como mais uma tentativa do capital de libertar-se de suas restrições como sistema inexorável (CASTELLS, 2002).

A fim de fundamentar o presente trabalho, o debate ocorrerá sob a ótica de István Mészáros (2009), que compreende o caráter estrutural e quase incurável da crise do capital, que o obriga a buscar maneiras cada vez mais destrutivas de se reproduzir. Em seguida, à luz dos pensamentos de Byung-Chul Han, passamos a observar como essa crise que se manifesta no plano psicopolítico, com a passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do desempenho, na qual o indivíduo não é mais o sujeito da disciplina e, sim o sujeito do desempenho, que se cobra e se explora voluntariamente, sob o prisma de um falso modelo sedutor de autogestão. Por fim, com Ricardo Antunes (2018), conectamos essa subjetividade neoliberal à sua materialização no mundo do trabalho, evidenciada em fenômenos como a “uberização” e a alta do precariado.

A metodologia empregada, consiste em uma pesquisa bibliográfica crítica e aprofundada das obras dos autores mencionados anteriormente. A abordagem é interdisciplinar, formando pontes entre o Direito, a Psicologia e a Economia, a fim de oferecer uma ampla compreensão do problema. A análise busca não somente a limitação na descrição do fenômeno, mas sim, busca interpretar suas causas estruturais, seus mecanismos de funcionamento psicossociais e suas consequências para a organização coletiva da vida humana.

O presente artigo é estruturado em três seções, quais sejam, a inicial, que apresenta a tese da crise estrutural do capital como ignição das transformações contemporâneas. Em seguida, a análise da captura da subjetividade e a consolidação do sujeito do desempenho, como o ideal neoliberal. Por fim, discutiremos as consequências concretas desse modelo, como a atomização dos trabalhadores e a dissolução dos laços de solidariedade, argumentando que essa lógica precariza o próprio fundamento da vida em sociedade e, aponta para uma possível tendência de ruína insustentável.

Fundamentação teórica:

A crise estrutural do capitalismo é em essência fruto dos fundamentos do mesmo, o capitalismo como sistema socioeconômico se estabelece sob o acúmulo do capital, portanto todas as características se voltam para tal, esse ideal é por si só insustentável, insustentabilidade esta que pode ser esquematizada em três pontos:

ecológica, humana e sistêmica.

Ao analisar o capitalismo, é necessário ter em mente um conceito chave: o capital. O capitalismo é o sistema econômico definido pela constante busca de capital. Porém, o capitalismo não pode ser definido de modo tão simplório; afinal, para ser o sistema vigente na maior parte dos Estados modernos, algo em sua estrutura tem uma natureza que molda sua permanência. István Mészáros (2002), em sua obra “Para Além do Capital”, conceitua o que o autor chama de “Tríplice sociometabólica”; essa, segundo o autor, é a estrutura do capitalismo e o seu objeto de permanência. Esse tripé é construído através de três conceitos que se conectam e formam uma espécie de metabolismo: o capital, o Estado e o trabalho.

O capital é o núcleo desse sistema. À medida que se analisa o sistema capitalista, é possível perceber que toda a lógica de produção se constrói em cima do capital, ao passo em que todo o fluxo do sistema, desde o momento em que se concerne o movimento de produção, e ao findar dele quando o lucro é gerado, é utilizado como objeto de controle, pois toda a lógica do sistema é construída a partir do capital, dentro da ideia do “você é o que você possui ou pode possuir”.

Esse é o viés que rege a sociedade contemporânea e também o meio pelo qual os indivíduos são dominados de tal modo que os próprios cativos defendem e incentivam quem os aprisiona. Byung Chul-Han (2015), em sua obra “Sociedade do Cansaço”, apresenta a ideia de que o sujeito do desempenho, reflexo do homo economicus, é, ao mesmo tempo, carrasco e vítima, pois imerso no espírito do capital, o próprio sujeito se explora para atingir as expectativas sociais, e, tendo essa lógica construída, o trabalho se torna o cativeiro da sociedade capitalista.

Somado a este fato Byung Chul-Han (2021) revela, em sua obra “Psicopolítica”, que a dominação neoliberal, diferente da disciplinar, é protagonizada pelo próprio sujeito dominado; não é necessária a regulação externa nem qualquer espécie de política de disciplinação, pois, à medida que o indivíduo se insere na racionalidade moderna, ele começa, de forma subconsciente, a se explorar, e o meio pelo qual esse domínio se materializa é o trabalho. A sociedade centrada no capital faz com que todos o busquem, e, para aqueles que não possuem os meios de produção, o único caminho socialmente aceitável é o trabalho.

À medida que essa realidade se efetiva, ocorre o que pode ser chamado de uma das “substâncias da crise”: o trabalho começa a passar por um processo de precarização. Uma vez que a ideia da ociosidade é inadmissível socialmente, e o sujeito é dependente do trabalho, as relações trabalhistas, que por sua natureza são desiguais, se tornam ainda mais precárias; esse processo é sustentado, de forma encoberta, pelo terceiro pilar do tripé: o Estado.

O Estado, diferente do que é visível em uma análise não aprofundada, não é este apenas no plano do lugar onde ocorre o processo sociometabólico, mas sim parte essencial do metabolismo do capital. Wendy Brown e István Mészáros, fundamentam a ideia de que o Estado é participante ativo do processo, desde a precarização encoberta com o nome de reformas políticas até a sua própria atuação transformada em uma espécie de empresa estatal. O Estado, ao decorrer da história, se afasta de seu papel de organizador social feito para os indivíduos e se aproxima de um gestor de mercados criado quase que única e exclusivamente para o processo relativo ao capital. À medida que o Estado é transformado, o “Welfare State”, modelo que em tese era voltado diretamente ao “bem-estar social”, começa a ser apagado pelas marcas do tempo, em meio às reformas, crises e guerras. Porém, essa lógica, no plano das ideias real, não é sustentável ao ponto em que as crises estruturais do capitalismo se revelam.

Desenvolvimento do tema:

A partir de uma abordagem indisciplinar, a pesquisa percorre um conjunto articulado de etapas que se inicia com a análise das transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970, marcadas pela crise estrutural do capitalismo e pelo declínio do modelo fordista, o que desencadeou desemprego estrutural, vínculos

precários e desmobilização da classe trabalhadora.

Desemprego estrutural, aumento de relações de trabalho precarizadas, dificuldade de mobilização de classe. Esses são alguns dos reflexos que assolaram o mundo do trabalho com a crise estrutural do capitalismo. Após o apogeu do modo de produção fordista, baseado na produção em massa, o capitalismo começou a manifestar alguns sintomas de sua crise, quais sejam: a queda da taxa de lucro, com o aumento preço da força de trabalho advindos dos 'onerosos' direitos sociais; a crise do Welfare State e seus mecanismos de funcionamento, logrando em uma crise fiscal e o aumento das privatizações; tendências da desregulamentação; e da flexibilização do processo produtivo.

Mundialmente, a partir da segunda década do século XX, a grande indústria era marcada por uma produção em massa verticalizada, em que se identificavam as raízes do fordismo, marcado pela linha de produção, fragmentação de funções, controle de tempo e o trabalhador coletivo fabril (ANTUNES, 2009, p. 25). Esse modo de produção, reduzia a ação operária a um "conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo" (ANTUNES, 2015, p. 39). Baseado em um cronômetro taylorista, essa forma de produção significou a forma mais avançada de racionalização capitalista ao longo do século XX, passando a ficar comprometida na década de 1980.

Inúmeros podem ser os motivos que tiveram como consequência a crise do fordismo, também chamada de a crise estrutural do capitalismo da década de 1980. Ricardo Antunes (2015) elenca alguns deles, como por exemplo: a queda da taxa de lucro, com o aumento do preço da mão de obra, agregado com os direitos conquistados por intensas lutas sociais no "chão de fábrica", como proibição do trabalho infantil, limitação das jornadas de trabalho, os quais levaram a diminuição das taxas de produção. Também podem ser mencionadas a hipertrofia da esfera financeira e a crise do Welfare State, que, como já mencionada, também é eleita como um dos motivos que desencadearam a crise estudada, marcada por crises fiscais do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos, incrementando o acentuado número de privatizações.

Como resposta a essa crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital, mesmo que de forma superficial, sem modificar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Nesse contexto, destacam-se dois fenômenos: a reestruturação produtiva e a flexibilização. O primeiro pode ser traduzido como uma forma que o capital encontrou de se reestruturar o padrão produtivo do binômio fordismo/taylorismo, visando recuperar o seu ciclo produtivo, envolvendo a intensificação do trabalho, desemprego estrutural e uma insegurança generalizada impulsionada pelo crescimento daquele. Como consequência da reorganização do capital, houve uma onda de flexibilização — "salarial, temporal, funcional e organizativa" (ANTUNES, 2015, p. 250), a qual apresentou consequência direta no mundo do trabalho. Ademais, destaca-se que a reestruturação produtiva também representou alguns retrocessos à organização coletiva, como a redução do número de sindicalizados e diminuição do poder de barganha dos trabalhadores (ARAÚJO; CARTONI; JUSTO, 2001), o que gera impactos até os dias atuais.

Assim, neste novo regime de acumulação flexível, o desemprego passou a ser uma das características marcantes e com ele a expansão do precariado. Em primeiro lugar, cumpre ressaltar o dissenso teórico existente entre Guy Standing e Ruy Braga, e o posicionamento adotado no presente trabalho. Standing (2014), entende que o precariado é pautado em uma nova lógica, analisando o colapso do modelo de produção fordista, ele identificou nesse grupo uma "nova classe" permeável às soluções autoritárias, em razão de sua ausência de identidade e coesão interna. Ruy Braga (2014), por sua vez, ressignificou o termo, apoiando sua definição em sua "inserção sócio-ocupacional do proletariado precarizado" (BRAGA, 2014, p. 143). Para o autor, esse fenômeno pode ser definido como parte da classe trabalhadora pressionada de forma permanente pelo aumento da exploração econômica e pela marginalização social, traduzindo em uma inquietação social constante.

Na definição de Lessa (2016) o precariado é “alicerçado na ruptura do emprego estável, por tempo indeterminado e integral e na ascensão das formas atípicas de emprego, muitas vezes coincidentes com o trabalho informal”(LESSA, 2016, p. 205-206). A precariedade, em suas diversas formas, é identificada como forma de dominação.

Sob a lógica neoliberal, aprofunda-se a análise da figura do “empreendedor de si”, cuja liberdade aparente mascara a autoexploração, como discutido por Dardot e Laval e Crary, culminando na violência da positividade descrita por Byung-Chul Han, que transforma o fracasso em culpa individual. O regime de exploração é alterado em seu âmago e passa a ser próprio. Os indivíduos, envolvidos em um mito da igualdade, passam a estabelecer uma competição diária e interna na tentativa de alcançar o sucesso-realização.

Ao afirmar o neoliberalismo enquanto racionalidade, afirma-se que este tende a organizar não apenas a ação política, mas também a ação dos indivíduos no interior da sociedade, a partir do modelo empresarial como forma de subjetivação. Essa racionalidade possui efeitos diretos na organização do mundo do trabalho, uma vez que na empresa enquanto modelo de subjetivação cada indivíduo passa a ser “uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 372). A razão humana e a razão do mercado se unem, onde este último é resultado da primeira.

Essa nova razão é capaz de mobilizar afetos e ganhar adesão social a ponto de não se limitar a uma escolha política de governança. “Sob o neoliberalismo, a ordem do mercado aparece para o sujeito como palco da realização de uma série de valores sob a condição que ele participe do jogo da concorrência e otimize suas capacidades” (FRANCO et. Al., 2021, p. 71). Dessa maneira, o sujeito neoliberal é, por vezes, identificado na expressão do homo economicus, onde sua vida se reduz as trocas e utilidades.

O sujeito neoliberal se reduz as máximas de desempenho, consumo e produtividade, expressão do sujeito da sociedade do cansaço, escrita por Han (2017). Esse indivíduo é resultado dos discursos de ocultação do assalariamento, com o surgimento e a evidência de uma massa de “empreendedores”, que anseiam ser burgueses-de-si-mesmo, mas estão mais próximos de serem proletários-de-si-próprio (ANTUNES, 2018). Um feliz algoz de si mesmo. Em uma lógica paradoxal que se une a liberdade e coação, há a modificação de registro da exploração estranha para uma “exploração própria”.

Quando o sujeito é visto como autossuficiente, como um empresário de si, a necessidade de ter um Estado que garanta direitos coletivos, como saúde pública de qualidade, segurança social, aposentadoria digna, enfraquece. O amparo social passa a ser visto pela lógica neoliberal como um favor para os fracos, uma muleta para quem não se esforça, e não como um direito fundamental da condição humana. A solidariedade é substituída pela meritocracia cruel, cada um tem o que merece, e se você está cansado e pobre, a responsabilidade é sua.

O sujeito do cansaço vive, assim, esgotado e isolado na multidão, incapaz de unir sua dor à dor do vizinho para criar uma força de resistência coletiva. A energia vital que poderia ser usada para mudar o mundo, para criar arte, para amar verdadeiramente ou para a revolução política, é consumida na luta desesperada para simplesmente não desmoronar, para manter a cabeça fora da água mais um dia.

Nesse sentido, a pesquisa identifica essa nova morfologia do trabalho, centrada no autogerente subordinado, que difere da relação de emprego tradicional, sem coerência, coletividade, ou reconhecimento mútuo, revelando um paradoxo entre o fim do trabalho assalariado tradicional e a proliferação de novas formas de exploração, consolidando uma precarização que transcende o contrato e se inscreve na subjetividade, na linguagem e na existência.

Conclusões ou considerações finais:

O presente estudo demonstrou que a precarização do trabalho na contemporaneidade, impulsionada pela crise estrutural do sistema de acumulação, transcende sua manifestação econômica, constituindo-se em um mecanismo psicopolítico de dominação que captura a própria subjetividade do sujeito. A dissolução das fronteiras entre tempo de trabalho e vida pessoal, característica da vigência ininterrupta do mundo atual, aliada à transição de um modelo de controle externo para um modelo de exigência interna, promove a internalização da exploração.

Em conclusão, a pesquisa reitera a necessidade urgente de repensar o trabalho para além de sua definição como mera categoria econômica. O que está em xeque é o próprio fundamento da vida em sociedade, ameaçado pela erosão dos laços coletivos e pela sobreposição da razão de mercado sobre a razão humana. Desvelar as engrenagens dessa dominação autoimposta e do paradoxo liberdade-coação é o ponto de partida crítico. A resistência eficaz a essa lógica estrutural exige, fundamentalmente, a recomposição da solidariedade, a redefinição dos valores humanos frente à performance e produtividade, e a luta pela garantia de condições de vida dignas que transcendam a precariedade imposta pelo modelo capitalista em crise.

O Estado, ao flexibilizar e desregulamentar sem contrapesos, reforça uma lógica em que os riscos recaem sobre quem tem menos poder. O Direito do Trabalho existe justamente para corrigir essa desigualdade básica. Por isso, a saída passa por recuperar proteções mínimas, atualizar regras para novos formatos e valorizar o tempo fora do trabalho. Políticas de cuidado, renda mínima de transição em crises e proteção à desconexão são exemplos práticos de caminhos possíveis. Superar o sujeito do desempenho feliz e esgotado exige reconstruir os laços sociais que foram rompidos pela concorrência. Lutar por limites de jornada, pelo direito à desconexão e por amparo social robusto é o caminho para que o nosso esforço não seja gasto apenas em nos mantermos de pé individualmente, mas em construir juntos um mundo menos exaustivo. Um mundo onde a dignidade não dependa do desempenho, e onde possamos, finalmente, descansar sem culpa.

Referências:

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Pensando as classes populares brasileiras a partir de uma perspectiva disposicionalista: o legado teórico de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu-MG. Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs, de 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG, 2017.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?. Versus : Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ, v. 1, p. 15-23, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. Edição revista e ampliada. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. v. 1. 287p .
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo; USP: Programa de Pós-Graduação em sociologia, 2012a.
- BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 266p, 2018.
- CRARY, Jonathan. 24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2015.

- DI GIORGI, Gabriel. O trabalho como potência: por uma crítica da razão neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2017.
- HAN, Byung-Chul. Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo. RJ, ed. Vozes, 2021.
- HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: neoliberalismo e novas técnicas de poder. Petrópolis: Vozes, 2021.
- HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2015.
- LESSA, Rafaela Ribeiro Zauli. A precariedade está por toda parte: um estudo das origens e consequências da precariedade do trabalho no mundo globalizado.. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 34, p. 203-217, 2016.
- MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MESZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.
- STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- SUPIOT, Alain. Por qué un derecho del trabajo?. Tradução: José Luis Gil y Gil. In.: Documentacion Laboral. 1993, n. 39, pp. 11-28
- VIANA, Marcio Tulio. 70 anos da CLT: uma história de trabalhadores. 1. ed. , 2013. v. 1. 151p.